



Apesar de Bolsonaro ter afirmado que o fim da pandemia no país seria decretado hoje, Queiroga afirma que ainda é preciso verificar a situação da covid-19 para a mudança de status. Mas uso das máscaras em repartições públicas federais deve cair

# Rebaixamento para endemia não sai agora

» MARIA EDUARDA CARDIM

A revisão do status de emergência de saúde pública de importância nacional em decorrência da covid-19 não deve acontecer hoje, como havia anunciado o presidente Jair Bolsonaro (PL). A informação de que o “rebaixamento” da pandemia não ocorrerá agora veio do próprio ministro da Saúde, Marcelo Queiroga.

Questionado, ontem, se poderá ser editada, hoje, último dia de março, uma portaria para “rebaixar” o status da pandemia no Brasil, Queiroga respondeu: “Poder, pode, porque o parágrafo 51 do artigo 1º da lei que instituiu a emergência sanitária me dá esse prerrogativa. Mas não vai. Porque apesar de ser um ato discricionário do ministro, depende de uma série de análises”, salientou.

A informação é diferente da repassada por Bolsonaro, que indicou que uma portaria sobre o fim

da emergência em saúde pública de importância nacional seria editada até o fim deste mês. Queiroga não fala em datas e, apesar das cobranças pelo presidente, o ministro indica que o próprio chefe do Poder Executivo pediu a ele “prudência”.

Entre os pontos avaliados para a publicação da portaria do “fim da pandemia” estão, entre outros, a análise do cenário epidemiológico, a estrutura do sistema hospitalar, os medicamentos eficazes no combate à covid-19 disponíveis no país. Apesar de afirmar que a revisão do status não é para agora, Queiroga indicou que pretende deliberar, até amanhã, sobre a obrigatoriedade de uso de máscara em repartições públicas federais e sobre as mudanças indicadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para entrada de turistas no Brasil.

“Até sexta-feira (amanhã), vamos deliberar isso com atos

normativos”, afirmou. Segundo Queiroga, os atos visam “harmonizar as medidas que estão sendo tomadas por estados e municípios”.

## Novo remédio

A Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec) recomendou, ontem, a incorporação do primeiro medicamento para tratar covid-19 ao Sistema Único de Saúde (SUS). O medicamento baricitinibe é indicado para pacientes adultos, hospitalizados e que necessitam de oxigênio por máscara, cateter nasal, ou ventilação não invasiva.

A incorporação, agora, depende do Ministério da Saúde, que pode acatar a recomendação da Conitec. No entanto, como o baricitinibe já foi incorporado ao SUS, em 2020, para o tratamento de pacientes com artrite reumatoide, a expectativa de uma nova incorporação, agora para tratamento da covid-19, é grande.

Myke Sena/MS



Queiroga afirmou que a pasta analisa o novo status, mas há questões científicas a considerar

## CRISE NA EDUCAÇÃO

# Dois nomes estão cotados para o MEC

» CRISTIANE NOBERTO  
» VICTOR CORREIA

O presidente Jair Bolsonaro deve bater hoje o martelo sobre quem substitui Milton Ribeiro no Ministério da Educação. Dois nomes são os mais cotados: o de Anderson Ribeiro Correia, reitor do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), e o de Marcelo Ponte, diretor do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação — órgão ligado ao próprio MEC. Enquanto não se decide o sucessor na pasta, o até então secretário-executivo Victor Godoy responde por ela interinamente.

Os dois nomes representam a disputa de bastidores que vem sendo travada por Centrão e evangélicos — inconformados com a saída de Ribeiro. Correia representa os religiosos nessa disputa enquanto Ponte, o grupo de partidos que dá apoio ao governo no Congresso. Uma reunião, ontem à noite, entre Bolsonaro, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, e outros aliados serviu para tentar tirar um denominador comum para o cargo.

Correia já havia sido indicado por deputados evangélicos, como Sóstenes Cavalcante (PL-RJ) e Marco Feliciano (PL-SP), antes de Ribeiro assumir a pasta e volta a estar cotado. Foi presidente da

Roberto Hilário/Comando da Aeronáutica



Catarina Chaves/MEC



## Correia e Ponte representam os grupos em disputa pela indicação do substituto de Ribeiro

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) e, na sequência, assumiu a reitoria do ITA. Porém, Ponte é muito ligado ao ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, presidente licenciado do PP e um dos caciques do Centrão.

A expectativa é de que o novo ministro seja anunciado na cerimônia de posse e de despedida dos ministros que vão disputar as eleições de outubro, hoje, no Palácio do Planalto. O interino Godoy perdeu força na disputa porque,

como até então segundo em comando no MEC, participou de eventos oficiais ao lado dos pastores Gilmar Santos e Arilton Moura — a dupla do gabinete paralelo da pasta, que teria cobrado propina em troca do repasse de recursos do ministério a municípios e provocou a queda de Ribeiro.

Entre parlamentares do Centrão, a interinidade de Godoy é apenas para preservar a imagem do governo. “(Bolsonaro) queria resolver o problema de agora do ministério. E resolveu”, disse o

deputado Lincoln Portela (MG), vice-líder do PL na Câmara.

O apoio a Ponte é evidente entre os parlamentares do Centrão. “Temos na presidência do FNDE um bom nome, seria um bom ministro”, defendeu o deputado Hiran Gonçalves (PP-RR).

Já um deputado da Frente Parlamentar Evangélica confirmou que o MEC é, sim, de interesse dos religiosos. “Existem várias movimentações, sim, para conseguir a pasta. Mas a decisão final sobre isso é do Bolsonaro”, esquivou-se.

# Ribeiro não comparecerá ao Senado

O ex-ministro da Educação, Milton Ribeiro, não comparecerá à Comissão de Educação do Senado, hoje, para a qual fora convidado para prestar depoimentos a respeito da formação de um gabinete paralelo de pastores que atuava dentro do MEC e cobrava propinas em troca de liberação de verbas públicas. A decisão irritou os parlamentares do colegiado, que ameaçam abrir uma CPI para investigar as denúncias de corrupção na pasta.

O presidente da comissão, senador Marcelo Castro (MDB-PI), manifestou a indignação sobre a

recusa de Ribeiro em comparecer. “Acabo de receber ofício da assessoria parlamentar do Ministério da Educação comunicando que o ex-ministro Milton Ribeiro não irá comparecer à Comissão de Educação, nesta quinta-feira. Considero o ofício sem efeito, uma vez que o convite foi para o ex-ministro, que não possui mais vínculo com a pasta, portanto, a comunicação deveria ser feita por Milton Ribeiro”, publicou no Twitter.

No ofício enviado pelo MEC, a assessoria destaca a impossibilidade do comparecimento, pois o

pedido é de 28 de março, publicado em edição extra do *Diário Oficial da União (DOU)*, mesma data em que foi publicada a exoneração do ex-ministro. O argumento é de que o convite seria para o titular do MEC e, como Ribeiro não está mais à frente da pasta, não poderia comparecer em nome do ministério.

A ausência pode levar à formação de uma CPI. Castro afirmou que, caso Milton ou o ministro interino Victor Godoy não compareçam para prestar esclarecimentos, será uma “confissão de culpa”. Disse,

ainda, que o gesto abre precedente para a investigação.

“Se qualquer um dos convidados prestar esclarecimentos sobre esses fatos gravíssimos envolvendo recursos do Ministério da Educação não comparecer ao Senado, será interpretado como uma confissão de culpa”, afirmou. O parlamentar deixou claro que a ausência de Ribeiro ou de Godoy não será tolerada e que assinaturas para a formação da comissão de inquérito estão sendo recolhidas pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP). (CN e VC)

**Sesc Fecomércio Senac**

[f](#)
[t](#)
[i](#)
[@](#)
[sescdf](#)

[0800 617 617](tel:0800617617)

[sescdf.com.br](http://sescdf.com.br)

## LUOS ATUALIZADA É RETOMADA DO SETOR PRODUTIVO

**José Aparecido Freire**

Nas últimas semanas, nos empenhamos muito junto à Câmara Legislativa pela votação e aprovação do Projeto de Lei Complementar que altera a Lei de Uso e Ocupação do Solo, a LUOS. Prefiro, inclusive, a palavra atualização à alteração. Entendo que legislações não podem ter caráter imutável, pois as demandas da sociedade e da economia mudam, assim como os cenários. Regramentos afetos a questões de ocupação de áreas nas grandes cidades devem passar por análises e balanços de tempos em tempos, com transparência e debates entre sociedade, setor produtivo, poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. **Desafio complexo**, mas fundamental para corrigir eventuais erros e modernizar o processo ou progresso urbanístico.

Sensibilizadas por uma ampla mobilização do setor produtivo, representado pela nossa Fecomércio, as estratégicas comissões que tratam de assuntos fundiários, desenvolvimento econômico, constituição e justiça e orçamento e finanças entenderam a importância da atualização da LUOS para retomar o crescimento econômico do DF. Trata-se de uma importante arma no combate ao desemprego, que impacta diretamente no desenvolvimento econômico das regiões administrativas. Entre os avanços, a regularização de mais de 30 condomínios habitacionais, com suas normas e gabaritos para edificação, além da liberação de milhares de licenças de funcionamento para atividades econômicas. Com o fim da precariedade na emissão do documento que regulariza os CNAES, as empresas agora terão mais segurança jurídica para se instalarem e se desenvolverem. Há que se destacar, ainda, a responsabilidade e tato políticos demonstrados pelo presidente da Câmara Legislativa, deputado Rafael Prudente, que vem estimulando e abrindo espaços na Casa para o diálogo com diferentes e estratégicos setores da sociedade. Em um ambiente democrático, o movimento dos 28 sindicatos que compõem o Sistema Fecomércio é salutar no convencimento e apoio, em termos de informações, para embasar a decisão dos parlamentares.

Vale destacar que, de acordo com o último levantamento da Codeplan, realizado em 2018, o setor de comércio de bens, serviços e turismo representa 91% do PIB privado e 50% do total arrecado para o Distrito Federal. A atualização da Lei de Uso e Ocupação do Solo, como podemos ver, é também muito importante para o setor público e para o desenvolvimento de todo o Distrito Federal. Para finalizar, reitero os agradecimentos aos empresários do nosso setor e à Câmara Legislativa por demonstrarem, na prática, os resultados de um processo ético e amplo, em termos de participações da própria sociedade. Aliás, ela é quem ganha quando seus representantes eleitos priorizam temas e demandas que otimizem e privilegiem o desenvolvimento econômico e social, de forma sustentável. Que venham novos desafios!

**José Aparecido Freire é presidente do Sistema Fecomércio**